

Racismo Ambiental: Cadê a Escola nesse Debate?

Nadson Ayres dos Santos – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
– Campus Barretos.
ayres.nadson@aluno.ifsp.edu.br

Marina Telles – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus
Barretos.
marina.telles@ifsp.edu.br

RESUMO

O racismo ambiental ocorre quando populações negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas e outros grupos tradicionais são sistematicamente afetados de forma mais intensa pelos impactos da degradação ambiental. Este trabalho investiga como o racismo ambiental tem sido abordado na educação básica brasileira a partir de uma revisão bibliográfica de artigos publicados entre 2014 e 2023. Foram selecionadas sete publicações que relatam experiências em escolas públicas de diferentes regiões do país, envolvendo diversas disciplinas, como Geografia, Biologia e Sociologia. Os resultados apontam para uma crescente inserção do tema no Ensino Médio, ainda que de forma tímida e dispersa. A pesquisa evidencia o potencial do racismo ambiental como eixo transversal e interdisciplinar no currículo escolar, reforçando a importância de sua incorporação como ferramenta para a formação cidadã e crítica dos estudantes, com foco na justiça ambiental e nos direitos humanos.

Palavras-chave : Educação Ambiental; Educação Básica; Escola; Justiça Social; Racismo Ambiental.

INTRODUÇÃO

O conceito de racismo ambiental surgiu no início da década de 1980, nos Estados Unidos, a partir das denúncias do reverendo Benjamim Chavis sobre o despejo de resíduos tóxicos em comunidades negras. A partir desse marco, o termo passou a ser utilizado para nomear as desigualdades raciais nos impactos ambientais e nas políticas de gestão do território

(Pacheco; Faustino, 2013). No Brasil, o debate se consolidou com maior força a partir de 2005, com a realização do I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental, iniciativa que reuniu organizações sociais e universidades para discutir os impactos desiguais da degradação ambiental sobre grupos historicamente marginalizados.

O racismo ambiental se expressa quando comunidades negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas e outras populações tradicionais enfrentam, de maneira sistemática, os efeitos mais graves da degradação ambiental. Conforme Pacheco (2007), trata-se de “injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulnerabilizados e sobre outras comunidades, discriminadas por sua ‘raça’, origem ou cor” (Pacheco, 2007, p. 45).

Embora o termo racismo ambiental não apareça diretamente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), há brechas no currículo para sua abordagem crítica. Rocha (2022) observa que, ao tratar de ecologia social e ocupação dos territórios, é possível refletir sobre a relação entre racismo e meio ambiente, especialmente quando se considera o lugar ocupado pelas populações negras, quilombolas e periféricas. Contudo, Haas (2022) aponta que a maioria dos livros didáticos ainda ignora essa temática de forma direta. Neste sentido, o presente trabalho busca investigar como o racismo ambiental tem sido trabalhado no contexto escolar, explorando seus desafios e potencialidades no campo da educação, da justiça socioambiental e dos direitos humanos.

OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo geral avaliar como o racismo ambiental aparece nas publicações que relatam experiências educacionais realizadas em instituições de educação básica. De forma mais específica, buscou-se identificar os níveis de ensino, os tipos de escola, as disciplinas envolvidas, as regiões do país e a frequência temporal com que a temática tem sido abordada.

METODOLOGIA

A investigação partiu de uma revisão bibliográfica, com foco em artigos científicos publicados entre 2014 e 2023, redigidos em português e centrados em práticas desenvolvidas no ambiente escolar.

Para a coleta de dados, utilizamos quatro diferentes combinações de palavras-chave no Google Acadêmico: “racismo ambiental” + aula, “racismo ambiental” + escola, “racismo ambiental” + ensino e “racismo ambiental” + aprendizagem. Após a leitura dos resumos, foram excluídos os textos que apenas propunham sequências didáticas, sem descrever vivências

efetivas. Dessa forma, a análise final se concentrou em sete artigos que atenderam aos critérios previamente definidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados revelaram que a maioria das experiências foi realizada no Ensino Médio regular (71,4%), embora também houvesse registros no Ensino Fundamental regular e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), sempre em instituições públicas estaduais, municipais ou Escolas Famílias Agrícolas. As disciplinas envolvidas foram diversas: Geografia, Biologia, Sociologia e Educação Ambiental, indicando o caráter transversal e interdisciplinar do tema. As iniciativas se espalharam por todas as regiões do país, com maior concentração no Norte e no Nordeste. Quanto à distribuição dos artigos no tempo, a maior parte das publicações se concentrou no período entre 2021 e 2023, o que pode sinalizar uma crescente sensibilização e engajamento por parte de educadores e educadoras com a pauta.

A discussão teórica se apoia em autores como Herculano (2008), que chama atenção para o recorte racial presente nas políticas ambientais, e Freire (2021), ao afirmar que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, uma ideia que reforça a importância de inserir o debate sobre questões raciais e ambientais desde os primeiros anos da escolarização. Embora o racismo ambiental não seja citado explicitamente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), há possibilidades de abordá-lo por meio de temas transversais, como território, ecologia social e justiça ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o racismo ambiental, embora ainda pouco presente nas práticas pedagógicas brasileiras, desponta como um tema emergente, com potencial significativo para fomentar uma formação cidadã crítica e fortalecer a defesa dos direitos humanos por meio do ensino das Ciências da Natureza.

Os resultados apontam para a urgência de reconhecimento de como as desigualdades socioambientais impactam diretamente os territórios vulnerabilizados, o que reforça a importância de se desenvolver estratégias educacionais voltadas à superação dessas injustiças. Defende-se, portanto, a consolidação de políticas públicas que promovam a formação crítica de docentes e incentivem a produção de materiais didáticos que contemplam essa temática, fortalecendo o papel da escola como um espaço vital para a construção da justiça social e ambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2021.

HAAS, Aline Marcela. **A educação ambiental nos livros didáticos do ensino médio em sua relação com as injustiças e racismos ambientais.** 2022. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciência Biológicas) - Instituto de Biologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental.** Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente, v. 3, n. 1, 2008.

PACHECO, Tânia. Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor. **Development in Practice**, v. 18, n. 6, p. 713-725, 2007. Disponível em <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>. Acesso em: 8 dez 2023.